

A elite carioca e sua pobreza envergonhada, 1938-1948

Ana Beatriz Vasconcellos Freitas*

Resumo: Em 1938, foi criada na cidade do Rio de Janeiro a instituição filantrópica Apoio Fraternal com a missão de auxiliar a pobreza envergonhada, pessoas que sofreram uma reclassificação social e sentiam-se constrangidas em procurar instituições tradicionais de ajuda à pobreza. Sua história permite exemplificar que o pertencimento a um grupo social pode transcender aos aspectos sócio-econômicos e discutir o seu caráter conflitado. O texto foi gerado a partir da leitura das atas de reunião da instituição no período 1938-1948. Foi concluído que o Apoio Fraternal gerou uma solidariedade vertical do ponto de vista econômico, porém manteve uma solidariedade horizontal do ponto de vista afetivo. Dentro desses mesmos moldes a instituição funciona até hoje na zona sul do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: hierarquizações sociais- elite- pobreza

Briefing: In 1938 was created in Rio de Janeiro a philanthropic institution called Apoio Fraternal. It's mission was to help the so called "ashamed poverty", people who were once rich and lost everything, so they were uneasy to look for the help offered by the usual institutions dealing with the unpossessed. The history of this association can exemplify that being part of an specific social class can mean something beyond the social and economic aspects and, therefore, be a way to discuss the conflicts of this situation. The text below was written using registers from the Apoio Fraternal, in the period of 1938-1948. As a conclusion: they created a vertical solidarity in the economic aspects and a horizontal one in what concerns proximity. The institution is still operating in Laranjeiras, a privileged Rio de Janeiro's neighborhood.

Key words: social differences- elite- poverty

Conta o Dr. Álvaro Pereira, um dos principais personagens desta história, ter se deparado certa vez com uma senhora modestamente vestida, portadora de uma atitude humilde e triste. Penalizados, ele e sua esposa D. Isolina Pereira aproximaram-se e ficaram surpresos ao ouvir que era ela uma antiga conhecida,

* Professora de História da Rede Municipal do Rio de Janeiro

2

então viúva de um “ilustre professor e em extrema penúria” CARVALHO (2004:95) e vinha pedir ajuda ao casal. Este episódio marcou a idéia fundadora do Apoio Fraternal, como escreveu Dr. Álvaro:

“ (...) nesse momento que nasceu o pensamento de não só amparar a nossa querida visitante, como o de criar um organismo de assistência social que pudesse apoiar todas aquelas pessoas que padecessem da ‘pobreza’ que se esconde porque, ‘envergonhada’, e que é, sem dúvida alguma, a mais dolorosa das pobrezaas”

A afirmação acima merece alguns esclarecimentos. Primeiro: a idéia de “pobreza envergonhada” de acordo com CASTEL (2005:89) aparece na segunda metade do século XIII na Itália. Consta nos registros dos hospitais ou das fundações religiosas:

“(...) referência a uma linha especial de orçamento, com anotações do tipo: ‘Uma família honesta que não quer ser identificada. Artista. Quatro pães.’ Com muita frequência também os responsáveis pela assistência são convidados a dar prioridade a essa categoria pelos quais a paróquia ou a cidade sente-se especialmente responsável’.

Segundo: para o Dr. Álvaro esse tipo de pobreza não somente existe como é a mais dolorosa de todas. A afirmação revela uma representação da pobreza envergonhada, compreensível se for aplicado o conceito *habitus* de BOURDIEU (1990:158) que prevê que os indivíduos constroem representações da realidade social de acordo com a percepção, conhecimento e avaliação adquiridos em função da sua experiência no mundo social. Assim o *habitus* produz práticas e o modo de percepção destas, simultaneamente.

Prosseguindo, a motivação do casal fundador da obra, demonstra que definir limites de uma classe ou grupo social pode ser problemático se levarmos em conta apenas aspectos econômicos. Em função disso, entender classe social como propõe BOURDIEU (1974:14) causará melhor resultado nesse trabalho, já que este leva em conta não só o capital econômico, mas também o social, o cultural e o simbólico, como elementos constitutivos de uma classe social.

Sintetizando: agora pobres, os apoiados só contavam com a ajuda do Apoio Fraternal, pois no passado desfrutaram de uma posição econômica e social privilegiada. Segundo o ponto de vista dos fundadores, não poderiam recorrer à caridade comum uma vez que se exporiam e que, também, provavelmente, tal caridade não estaria apta a oferecer a complexa ajuda a que a pobreza envergonhada fazia jus. Uma memória comum, repleta de afinidades culturais, prevaleceu frente à

3

desigualdade econômica, fazendo com que se doasse uma ajuda discretíssima e abrangente. Desta forma, ao mesmo tempo em que prestavam caridade, os apoiadores resguardavam seu grupo de um possível julgamento público.

Talvez ajude melhor a entender a importância dos apoiados, que consignou práticas específicas, ao se esclarecer a ajuda prestada. O fornecimento de cesta de alimentos, roupas e remédios era conjugado com assistência médica (inclusive cirurgias, internações e saúde preventiva). Ainda nos primeiros tempos da Obra, encontram-se na ata 19 (17/2/ 1939), duas sugestões, que foram acatadas segundo a ata 23 (16/3/1939), seguem-se as sugestões:

“(...) D. Chiquita Novis propõe que se adote uma ficha de saúde, padronizada cujo o questionário respondido, forneça uma informação suficientemente elucidativa das condições de saúde de todos os assistido(..). O fim(..). é não somente prestar um auxílio imediato nos casos positivos de moléstia, mas sobretudo preveni-las , com que se fará mais inteligente e melhor caridade. Lembrou igualmente D. Chiquita a adoção de fichas espirituais, tendo em vista que constituem o empenho primordial de nossa Obra, isto é, os interesses de Deus junto às almas. Seu pensamento, porém, fôra antecipado por D. Alzira Dutra, que com resultado, já vem empregando as fichas espirituais.”

As citadas fichas espirituais condizem com a concepção de caridade do Apoio Fraternal que englobava a ajuda espiritual. Assim, os apoiados recebiam visitas regulares das senhoras participantes da Obra com o objetivo de que não se afastassem de Deus e da religião (católica). Por sua vez, as senhoras visitantes estavam em constante afirmação de sua fé através de reuniões, palestras com autoridades católicas e com a própria D. Isolina.

Cabe o aparte de que essas visitas, além do intuito religioso, tinham também um caráter fiscalizador do uso dos benefícios materiais que a instituição doava, que incluía ainda assistência dentária, bolsas de estudos (com direito a material escolar e uniforme), enxovais para ocasiões especiais, recolocação profissional do chefe de família e pensões (quando achadas necessárias). O trecho abaixo (ata 222, 3/10/1946) demonstra a qualidade dos benefícios materiais:

“(...) Esta família além do auxílio que lhe presta o Apoio em mantimentos e roupas, recebeu por seu intermédio auxílio todo especial: redução do custo da operação de uma de suas filhas já casada e de um neto graças a generosidade do seu médico Dr. Aluisio Novis. Recebeu também uma bolsa de estudos que consta do pagamento das despesas não só do ginásio como também da escola superior. Nas despesas estão incluídos fardamentos, roupas e remédios”

O auxílio poderia proceder de uma ocasião elegante, como um concerto beneficente de órgão em Petrópolis (ata 222, 3/5/1946), como de instâncias governamentais. Em 1943, recorriam a Coordenação de Mobilização Econômica,

4

conseguindo 800 quilos açúcar mensais e ao IAPS, obtendo promessa de gêneros alimentícios (ata 165, 28/5/1943). Por mais que fosse seletivo seu objeto de ajuda, não se furtavam a estabelecer parcerias ou obter subsídios que concretizassem sua missão. A instituição agia dentro da rede de solidariedade que era comum a pobreza tradicional. Recebiam subvenção em dinheiro do Governo, (ata 146, 8/9/1942), cotas de café Departamento Nacional de Café (ata 191, 22/7/1949), além dos órgãos já citados acima. Mantinham contato com a Associação Lar Proletário (ata 120, 20/10/1941) e a Associação dos Pais de Famílias (ata 206, 26/5/1945). Referências de favores da Associação das Senhoras Brasileira eram uma constante (ata 31, 16/5/1940), assim como eram as da Escola Técnica de Serviço Social (ata 185, 22/4/1944).

Tais parcerias não visavam somente ao recebimento de gêneros alimentícios ou dinheiro, elas também tinham em vista o mundo do trabalho. A recolocação profissional pode ser cruzada com as inscrições que pediam desligamento da Obra, em função da melhoria de vida. De qualquer modo é importante assinalar que o Apoio valorizava o trabalho sempre que esse estivesse condizente com a origem social do apoiado. A ata 177 (9/11/ 1943) registra que: “Um rapaz de 20 anos empregado de um ‘cabaret’ atendendo ao pedido de sua piedosa mãe, abandonou esse emprego tão nocivo a sua fé, apesar de fazer muita falta seu ordenado.” Menos de um ano e meio depois, o mesmo rapaz ingressou no Arquivo Nacional, por intermédio do Dr. Vilhena de Moraes (ata 205, 25/04/1945).

Durante o período estudado (1938-48) ao menos 40 inscrições pediram desligamento da Obra devido à melhoria de vida. Enfatizo, agora, dois motivos para o sucesso: o excelente uso do capital simbólico possuído pelos apoiadores, como afirma BOURDIEU (1990:163) e o uso de instâncias tradicionais de apoio à pobreza, como já citado acima. Uma vez resguardado o sigilo sobre a identidade dos apoiados, toda ajuda era arrematada.

A pesquisa tornou possível distinguir dois grupos de apoiados, quanto a corresponder ou não a expectativa que a Obra projetava sobre eles. O primeiro grupo aqui é retratado como sendo o que aproveitava, agradecia e, muitas vezes, retribuía o auxílio. São casos como o da senhora da inscrição 22, que pedia na ata 56 (20/12/1939), uma pensão para os meses de janeiro, fevereiro e março, já que nestes

5

ficava sem seus alunos de francês. No mesmo documento era mencionado que na época ela visitava a sua apoiadora, confortando-a já que esta estava adoecida. Como diz a fonte: “... uma significativa inversão de papéis.”. Seu pedido foi aprovado. A retribuição do auxílio era naturalmente a comprovação da eficácia da Obra podendo ser simbólica, como no caso da inscrição 22, ou material. Os dois tipos de retribuição podem ser ilustrados pelos ex-apoiados da inscrição 109. Tendo já há mais de um ano regularizado sua vida, passam a ser contribuintes com a quantia mensal de Cr\$ 10, 00, e convidavam a antiga visitante para ser madrinha de crisma de uma de suas filhas (ata 168, 9/7/1943).

Encontram-se relatos em que mais que demonstrar gratidão reforçam a representação da pobreza envergonhada, como o da senhora da inscrição 236: “Deus é bom e generoso. Além dos benefícios materiais, dá-nos essas boas almas que compreendem nossa dor oculta, este peso que acompanha a pobreza escondida” (ata 116, 15/9/1941). Antes de assinalar o segundo grupo de apoiados, relato o caso da inscrição 143 (ata 116, 15/9/1941), pois esta afirma a importância da Obra, uma vez que demonstra que a ruína financeira pode ser implacável até com apoiadores, reafirmando a necessidade de coesão do grupo para socorressem mutuamente:

“Este caso muito emocionou os presentes, por se tratar de pessoa que de benfeitora do Ap. Fraternal passou a ser socorrida. No fim de sua existência os acontecimentos se precipitaram com incrível rapidez- doença gravíssima, perda de situação, o socorro do Ap. Fraternal, morte- Como uma expressiva lição sobre a extrema fragilidade das cousas da terra e conseqüente necessidade de nos firmarmos na única cousa permanente, estável- Deus...”

A ata 148, em 3/10/1942, vem a retratar o segundo grupo, dos apoiados não enquadrados. Trata-se do cancelamento da inscrição 152, já que o objetivo era empregar a inscrita como dama de companhia, porém concluiu-se que: “por ser exigente e de difícil solução o seu caso, não aceitou mais de uma colocação que lhe foi oferecida pela Associação das Senhoras Brasileira, portanto esgotando o prazo de um ano nada mais justifica...”. Essa senhora ao que parece não tinha assimilado uma identidade nova, fruto de sua falência financeira, o que dificultaria o sucesso dos apoiadores e, portanto, não deveria manter-se na Obra. Não só adultos mostravam-se relutantes em se adaptar a nova vida, como se apreende da ata 184 (22/3/1944):

“A propósito das matrículas gratuitas conseguidas no Educandário São José e no colégio Santos Anjos, informou a secretária não haverem sido aproveitadas: o primeiro por ter o seu candidato, quando compareceu a primeira aula, se sentiu humilhado ao saber que sua matrícula era gratuita. Estava certo que a Obra iria entrar mensalmente com a importância devida. Quanto a menina que já tinha sido aceita no Colégio Santos Anjos e para qual já havia a Diretoria do Apoio comprado a

6

maior parte do enxoval pedido, alegou sua mãe achar-se ela muito nervosa com a idéia de ser internada e por isso desistiu da matrícula . Aos diretores desses estabelecimentos escreveu a secretária agradecendo a atenção dispensada ao pedido da Obra e solicitando que destinasse a outros protegidos seus o benefício que não foi devidamente apreciado pelos primeiros contemplados...”

O Apoio não estava disposto a alimentar posições sectárias como a do rapaz acima. Sua atitude custou a não inscrição da família na Obra (ata 185, 22/4/1944). Percebe-se, também que a obtenção de ajuda poderia ter limites ditados pelos apoiados como relatado em 20/10/1942, na ata 120:

“... A Associação Lar Proletário por intermédio de D. Elza Dutra ofereceu à aquisição de uma família amparada pelo Ap. Fraternal mediante a contribuição mensal de 120\$000 sem entrada uma das casinhas recém construídas em São Cristóvão. Infelizmente encerrou-se o prazo de aquisição sem que alguma das famílias as quais foi feita a consulta se apresentasse como pretendente”

Aceitar ajuda dos seus iguais, era admissível, já de uma associação chamada Lar Proletário não despertava interesse. Tempos depois é possível ver rastros dessa situação:

“A família recusou aceitar a moradia gratuita que juntamente com a gratificação de 400,00 lhe ofereceu a ‘Associação Lar Proletário’ para que residisse no bairro desse nome e pudesse ter sobre os moradores do mesmo uma influência benéfica. Estranhando tal recusa por parte de uma família que deve viver uma vida penosa, determinou a diretoria que se lhe enviassem uma carta, fazendo-lhe delicadamente sentir a sua estranheza.” (Ata 155, 2/1/1943)

Dois idéias podem advir a partir do texto acima. Uma diz respeito à recusa dessa família (nº. 166) em conviver com pobres tradicionais, apesar da observação de que eles teriam sobre estes boas influências, reafirmando Tal recusa demonstra uma demarcação de limites. A outra aventa a possibilidade do núcleo dos apoiados sofrer uma avaliação hierárquica, pois nenhuma outra inscrição sofreu com a insistência em aproveitar essa oportunidade. Talvez entre as famílias a 166 fosse a menos envergonhada e, portanto deveria aceitar a oferta.

Essa idéia de hierarquização é reforçada à medida que encontramos casos com menções significativas sobre a origem social gerando rapidez da inscrição e rompimento de critérios rígidos. Na ata 252 lê-se: “Por se tratar de um caso extraordinário de família rigorosamente enquadrada no objetivo e estando longe a data estabelecida para a reunião seguinte, ela foi inscrita sob o número 313, sendo a ficha 586.” (11/6/1948). A urgência dessas famílias, era por excelência a urgência do Apoio: “Quanto à ficha nº. 484 foi logo inscrita sob o nº. 260... por se tratar de pessoa muito conhecida, um legítimo caso de pobreza escondida...” (ata 205, 25/4/1945).

Ainda quanto aos critérios, destaco os essenciais: pertencimento e sigilo. A seriedade do primeiro é elucidada na ata 71 (10/7/1940):

“A sessão foi presidida por D. Isolina Pereira, a qual,... pediu fosse novamente considerado o caso da ficha de visita de nº. 26, aberta em janeiro do ano passado...não logrando a família em causa obter inscrição. É que as visitantes ao fazerem a sindicância no ano passado e neste, apenas tiveram contato com um dos cônjuges, pessoa evidentemente fora da finalidade do Ap. Fraternal. Informações posteriores, porém, deixaram fora de dúvida que o outro cônjuge foi pessoa de elevado meio social e de educação, pelo que a Diretoria manteve o princípio até aqui observado não caso de união desigual, isto é, quando uma das partes teve bom nascimento e boa educação, autorizou a admissão da família.”

Sobre o sigilo nota-se que além de serem identificados sob números, também era vedada sua entrada na sede (ata 237, 5/5/1947):

“D. Isolina Pereira lembrou a campanha da Páscoa que será dupla. A dos membros, amigos e benfeitores está marcada para o dia 26 de maio próximo na Capela do Apoio, sendo o celebrante S. Eminência D. Jaime de Barros Câmara. Quanto a Páscoa das famílias assistidas, uma vez que o sigilo da Obra impede que elas compareçam a sua sede será em separado...”

Verifica-se um duplo paradoxo: por muitos possuírem sobrenomes conhecidos, deveriam perdê-los e para manterem a reputação frente à sociedade, deveriam ser dela apartados.

O Apoio criava um modelo de assistência no Rio de Janeiro da década de 1930, porém não se furtava em comemorar a descoberta de pioneiros do auxílio à pobreza envergonhada. Em 28/11/1942, na ata 152, o Dr. Haroldo Cavalcanti, apresentou um folheto sobre uma obra idêntica à do Apoio Fraternal fundada pelo arcebispo de Florença, no século XV, causando a seguinte reação: “interessando-se vivamente pelo assunto, a diretoria resolveu publicar um folheto sobre a vida desse eminente personagem que foi homem de excelsas virtudes”.

Enquanto o passado enobrecia o ideal, no presente, década 1930, a idéia já parecia povoar mentes da elite, sem, contudo se concretizar, pelo menos é o que leva a crer a seguinte narrativa (ata 205, 25/4/1945)

“D. Evangelina Borges comunicou haver visitado, em companhia de D. Evelina de Sousa-Leão o Desembargador Edgard Costa, Provedor da Irmandade do Outeiro da Glória, atendendo o desejo manifestado por este senhor ao Dr. Luiz F. de Sousa-Leão Filho de conhecer a Obra e ajudá-la. Declarou o Sr. Ex, disse D. Evangelina que a fundação de uma Obra semelhante a do Apoio fazia parte do programa de ação social da referida Provedoria, mas que diante das dificuldades encontradas e do conhecimento que tivera da existência de uma instituição similar a que imaginara, desistira de sua fundação, sendo o seu desejo ajudar o Apoio Fraternal.”

O registro acima pode ser creditado como mais um elemento do sucesso do Apoio, já que este teria posto em prática uma aspiração de membros da elite. A

8

adesão ao projeto de auxílio à pobreza envergonhada existiu na medida em que sanou uma necessidade, mesmo que inconsciente, de seu grupo social. Juntamente com o uso de seu capital simbólico e apropriação de estâncias de ajuda aos tradicionais despossuídos, engendraram uma instituição de identidade social rígida, mesclando assistencialismo complexo e revigoramento católico. Concluindo, é impossível afirmar se a pobreza envergonhada é mais dolorosa, mas é possível afirmar que a pobreza não é uma categoria monolítica, tendo também uma face que se envergonha e se esconde.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 2005

CARVALHIO, Rose. *Apoio Fraternal uma obra feita de amor*. Rio de Janeiro: RC Comunicações, 2004